
 CASAORANGE <small>qualidade queiroz galvão</small>	Título do Documento: PROCEDIMENTO DE PESQUISA REPUTACIONAL DE TERCEIROS	Código do Documento: CO-CMP-PE-0007	
		Revisão: 02	Página: 1/11

Revisão	Data	Descrição Sumária
00	20/05/2019	Emissão Inicial
01	19/06/2019	Alterações nos itens 5.2.1.1.1, 5.2.1.1.2, 5.2.1.1.3, 5.2.1.1.5 e 5.2.1.2
02	31/08/2021	<i>Revisão geral nos itens destacados em negrito e itálico.</i>


Área SGCR	Emitente: Dante Bacilieri Degani	Área DIR	Aprovação: Luiz Felipe Rocha Seabra
--------------	-------------------------------------	-------------	--

	Título do Documento: PROCEDIMENTO DE PESQUISA REPUTACIONAL DE TERCEIROS	Código do Documento: CO-CMP-PE-0007	
		Revisão: 02	Página: 1/11

Sumário

1.	OBJETIVO	3
2.	APLICAÇÃO	3
3.	ESCLARECIMENTOS / DEFINIÇÕES	3
4.	RESPONSABILIDADES.....	4
5.	DESCRIÇÃO	5
5.1.	Regras Gerais	5
5.2.	Avaliação Reputacional.....	6
5.2.1.1.	Descrição da Ferramenta.....	6
5.2.1.2.	Quadro resumo das disposições do processo	7
5.2.2.1.	Descrição da Ferramenta.....	7
5.2.2.2.	Quadro resumo das disposições do processo	8
5.3.	Alertas/Monitoramento	9
5.3.1.1.	Grupo A.....	9
5.3.1.2.	Grupo B, C, D e E.....	9
5.3.1.3.	Quadro resumo das disposições do processo	10
5.4.	Disposições Gerais	10
6.	COMUNICAÇÃO	10
7.	SUPERVISÃO	11
8.	SANÇÕES.....	11
9.	EXCEÇÕES	11
10.	REFERÊNCIAS	11
11.	ANEXOS.....	11

Área SGCR	Emitente: Dante Bacilieri Degani	Área DIR	Aprovação: Luiz Felipe Rocha Seabra
--------------	-------------------------------------	-------------	--

	Título do Documento:		Código do Documento:	
	PROCEDIMENTO DE PESQUISA REPUTACIONAL DE TERCEIROS		Revisão: 02	Página: 1/11

1. OBJETIVO

O objetivo deste procedimento é estabelecer as diretrizes mínimas a serem adotadas **para** a realização das pesquisas reputacionais de eventuais terceiros, **sejam pessoas físicas ou jurídicas**, bem como de seus sócios, acionistas, diretores, administradores e/ou representantes, **conforme o caso**, e a participação dos mesmos em **outras empresas, de acordo com o estabelecido no presente documento**.

2. APLICAÇÃO

Este procedimento é aplicável à Companhia, suas Unidades de Negócios e eventuais controladas, coligadas e subsidiárias que utilizam as ferramentas disponibilizadas para realização de pesquisa reputacional. A sua aplicação abrange todas as atividades desenvolvidas no Brasil e/ou no exterior.

3. ESCLARECIMENTOS / DEFINIÇÕES

Os termos descritos neste documento deverão ser interpretados de acordo com as definições aqui apresentadas, independentemente do gênero adotado e/ou se utilizados no plural ou singular:

Agente Público ¹ - Qualquer pessoa física, servidor ou não, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, exercendo cargo, emprego ou função pública em ou para Autoridade Governamental; qualquer pessoa física que trabalhe para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública; ou qualquer dirigente de partido político, seus empregados ou outras pessoas que atuem para ou em nome de um partido político ou candidato a cargo político; ou Agente de organizações públicas internacionais, como por exemplo, Banco Mundial, Nações Unidas, Fundo Monetário Internacional, etc.


Área de Compliance - Órgão vinculado ao Conselho de Administração, responsável pela estruturação, revisão, divulgação e manutenção do Programa de *Compliance* da Companhia, notadamente Código de Ética e Políticas de *Compliance*, bem como **por** administrar a aplicação e monitoramento contínuo deste Programa.

Autoridade Governamental ² - Todo órgão, departamento ou entidade da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, pessoa jurídica incorporada ao patrimônio público ou entidade para cuja criação ou custeio **a fazenda pública tenha contribuído ou contribua com mais de 50% (cinquenta por cento)** do patrimônio ou da receita anual; Partidos políticos; Órgãos, entidades estatais ou representações diplomáticas de país estrangeiro, assim como

¹ Exemplos: funcionários de Ministérios, Secretarias Municipais e de Estado, funcionários de departamentos governamentais (como DNIT, DAEE, etc.), funcionários do BNDES, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Petrobras, funcionários de agências reguladoras como ANTT, ANEEL, Artesp etc., políticos em geral (deputados, vereadores, prefeitos, governadores etc.), juízes, funcionários de fiscos, médicos do SUS, professores de universidades públicas, membros de tribunais de contas, funcionários da ONU, FMI, Banco Mundial, entre outros.

² Exemplos: Ministérios, Secretarias, agências reguladoras, empresas como Petrobras, Banco do Brasil, BNDES, autorizadas, permissionárias ou concessionárias de serviços públicos, organizações internacionais como Banco Mundial, FMI, Organização das Nações Unidas, entre outros.

Área SGCR	Emitente: Dante Bacilieri Degani	Área DIR	Aprovação: Luiz Felipe Rocha Seabra
--------------	-------------------------------------	-------------	--

	Título do Documento: PROCEDIMENTO DE PESQUISA REPUTACIONAL DE TERCEIROS		Código do Documento: CO-CMP-PE-0007	
			Revisão: 02	Página: 1/11

peças jurídicas controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público de país estrangeiro ou organizações públicas internacionais, inclusive fundos soberanos ou uma entidade cuja propriedade é um fundo soberano.

Colaborador(es) - Todos os funcionários, estagiários *e diretores da Companhia*.

Companhia - Queiroz Galvão Desenvolvimento Imobiliário S.A. ("QGDI")

Compliance - É o processo sistemático e contínuo que visa garantir o cumprimento das legislações vigentes, políticas e diretrizes estabelecidas para o negócio, com o objetivo de prevenir, detectar e tratar qualquer desvio de conduta identificado ou ato de Corrupção, e visa promover uma cultura organizacional baseada na ética e na transparência.

Corrupção - É o uso de poder ou autoridade com o intuito de obter vantagens indevidas para si ou para outrem. Uma das formas de corrupção é o suborno que significa a oferta, promessa, doação, aceitação ou solicitação de uma vantagem indevida de qualquer valor (que pode ser financeiro ou não), direta ou indiretamente, e independente de localização, em violação às leis aplicáveis, como um incentivo ou recompensa a uma pessoa que está agindo ou deixando de agir em relação ao desempenho *de suas* obrigações.

Due Diligence - Entende-se pelo termo *due diligence* o processo que tem por finalidade avaliar a natureza e a extensão dos riscos envolvidos, visando auxiliar a organização *na tomada de decisão* específica em relação a transações, projetos, atividades, *parceiros de negócios e pessoal*.

Pessoa Politicamente Exposta (PPE) - Agentes Públicos que desempenham ou tenham desempenhado, nos últimos 5 (cinco) anos, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiras, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, assim como seus representantes, *familiares e Colaboradores próximos*.

Pesquisa Reputacional - *A pesquisa reputacional consiste na busca por eventuais mídias negativas na internet, utilizando o nome do Terceiro, seus sócios, ou diretores e demais beneficiários, quando cabível, bem como na busca por eventuais processos judiciais, em especial processos criminais, em face do Terceiro e seus sócios/diretores, com o objetivo de avaliar a reputação de uma empresa/organização ou pessoa física.*


Representante - Cada Colaborador ou administrador da Companhia *ou de Terceiros contratados*.

Terceiro - Toda pessoa física ou jurídica que não seja Colaboradora da Companhia ou que seja contratada para auxiliar no desempenho de suas atividades, tais como parceiros, consorciadas, representantes, fornecedores, *subcontratados*, prestadores de serviço em geral, *consultores temporários*, agentes ou Terceiros que atuem em nome da Companhia. Para mais detalhes, consultar o Anexo I da Política Anticorrupção.

4. RESPONSABILIDADES

São atribuídas as seguintes responsabilidades:

Área SGCR	Emitente: Dante Bacilieri Degani	Área DIR	Aprovação: Luiz Felipe Rocha Seabra
--------------	-------------------------------------	-------------	--

	Título do Documento: PROCEDIMENTO DE PESQUISA REPUTACIONAL DE TERCEIROS	Código do Documento: CO-CMP-PE-0007	
		Revisão: 02	Página: 1/11

MATRIZ DE RESPONSABILIDADE		
DESCRIÇÃO	Área de Compliance	Colaborador
Conduzir suas atividades profissionais com boa-fé, ética, transparência e estritamente de acordo com este procedimento, legislação vigente, o Código de Ética, e as normas internas da Companhia.	E	E
Realizar a consulta ao Quadro de Sócios e Administradores da Empresa analisada.	A	E
Realizar a diligência conforme a classificação de grupo do Terceiro	A	E
Elaborar relatório de pesquisa reputacional, contendo parecer com Status/Deliberação	A	E
Criar alertas mensais para monitoramento dos Terceiros, conforme estabelecido na política.	A	E
Em caso de instabilidade no uso das ferramentas utilizadas para pesquisa reputacional, reportar à Área de Compliance da QGSA.	S	E
Recorrer à área de Compliance em caso de dúvidas ou incertezas.	S	E
D = Decide (autoriza / homologa a execução ou continuidade)	A = Apoia (está à disposição para ser consultado)	V = Analisa e Valida
S = Suporte (atua como parceiro, agregando Recursos Humanos, materiais ou Técnicos para a execução)	E = Executa a atividade	

Tabela 1 - Matriz de Responsabilidade


5. DESCRIÇÃO

5.1. Regras Gerais

A pesquisa reputacional do Terceiro deverá ser realizada **por meio** da sequência de atividades **especificada** no presente procedimento, visando o melhor aproveitamento das informações disponibilizadas nas ferramentas **QSA Gráfico e Nexis Diligence da empresa Lexis Nexis**.

As diretrizes mínimas a serem adotadas estão de acordo com a classificação de risco estabelecida na Política de Contratação de Terceiros, onde os Terceiros são divididos em grupos conforme o objeto e as atividades a serem desempenhadas para a Companhia, de modo que, quanto maior o risco, mais detalhada deve ser a diligência.

Área SGCR	Emitente: Dante Bacilieri Degani	Área DIR	Aprovação: Luiz Felipe Rocha Seabra
--------------	-------------------------------------	-------------	--

	Título do Documento: PROCEDIMENTO DE PESQUISA REPUTACIONAL DE TERCEIROS	Código do Documento: CO-CMP-PE-0007	
		Revisão: 02	Página: 1/11

5.2. Avaliação Reputacional

5.2.1. Diligência por meio da ferramenta QSA Gráfico

5.2.1.1. Descrição da Ferramenta

A ferramenta QSA Gráfico tem por objetivo auxiliar a pesquisa reputacional apresentando o Quadro Societário do Terceiro, eventuais Participações em Empresas do Terceiro e de seus sócios/diretores, bem como os possíveis relacionamentos existentes (“Pessoas/Empresas Relacionadas”), inclusive de parentesco, entre o Terceiro, seus sócios/diretores e outras pessoas físicas e/ou jurídicas, conforme aplicável.

5.2.1.1.1. Grupo A

É recomendada a verificação do Quadro Societário da empresa, a identificação dos sócios/diretores (Ficha cadastral) e das demais empresas dos respectivos sócios/diretores, quando aplicável, bem como deve ser salva uma imagem da rede de relacionamentos (Mapa) da empresa e de cada sócio/diretor (“Pessoas/Empresas Relacionadas”). Caso necessário, incluir na rede de relacionamentos as pessoas/empresas relacionadas aos sócios/diretores.

5.2.1.1.2. Grupo B

É recomendada a verificação do quadro societário da empresa, contendo a identificação dos respectivos sócios, bem como deve ser salva uma imagem da rede de relacionamentos. Caso necessário, incluir na rede de relacionamentos as pessoas/empresas relacionadas aos sócios/diretores.

5.2.1.1.3. Grupo C

É recomendada a verificação do quadro societário da empresa.

5.2.1.1.4. Grupos D e E


Não é necessária **a pesquisa** reputacional.

5.2.1.1.5. Parceiros

É recomendável que a área de Compliance, quando realizar a due diligence de parceiros, deve verificar o quadro societário da empresa, dos sócios, administradores e/ou diretores e das demais empresas dos respectivos sócios, bem como deve salvar uma imagem da rede de relacionamentos.

Caso os sócios sejam pessoas jurídicas, deverá ser realizada pesquisa reputacional dos seus administradores/diretores, buscando-os através do “Quadro Societário”. Entretanto, caso sejam pessoas físicas, **é importante que a análise seja feita por meio do item “Participação em Empresas”.**

Área SGCR	Emitente: Dante Bacilieri Degani	Área DIR	Aprovação: Luiz Felipe Rocha Seabra
--------------	-------------------------------------	-------------	--

 <div><div>CASAORANGE</div><div><div>qualidade</div><div>queiroz galvão</div></div></div>	Título do Documento: PROCEDIMENTO DE PESQUISA REPUTACIONAL DE TERCEIROS	Código do Documento: CO-CMP-PE-0007	
		Revisão: 02	Página: 1/11

Se necessário, ***incluir na rede de relacionamentos*** as pessoas/empresas relacionadas aos sócios.

5.2.1.2. Quadro resumo das disposições do processo

Atividade	Grupo A	Grupo B	Grupo C	Grupo D	Grupo E
Verificação do Quadro Societário	✓	✓	-	-	-
Verificação das demais Empresas relacionadas aos Sócios	✓	-	-	-	-
Imagem da Rede de Relacionamentos	✓	✓	-	-	-

5.2.2. Diligência por meio da ferramenta Nexis Diligence

5.2.2.1. Descrição da Ferramenta


A ferramenta tem por objetivo disponibilizar informações que auxiliem na realização da pesquisa reputacional, identificando, por exemplo, se a pessoa física ou jurídica pesquisada possui, ou não, mídias negativas, processos criminais, ou algo que possa vir a desabonar, e até não recomendar, sua contratação. Durante a pesquisa reputacional, os seguintes itens devem ser observados:

- ***Notícias Negativas (em regra, em Português; em Inglês, Espanhol, ou em outro idioma, quando aplicável): Identifica possíveis mídias negativas relacionadas ao Terceiro e/ou a seus sócios/diretores*** – Nos casos em que aparecerem muitos resultados, é recomendada a aplicação de filtros adicionais com palavras tais como: “Corrupção”, “fraude”, “preso”, “crime” ou correlatas. ***Atentar para mídias negativas oriundas principalmente de jornais e revistas de grande circulação (ex.: O Globo, Folha de São Paulo, Estadão, Valor Econômico, etc.).***
- ***Sanções e listas de vigilância*** – ***Verifica se existe algum tipo de impedimento, ou apontamento em algum cadastro reputacional, da pessoa física ou jurídica avaliada junto à uma Autoridade Governamental nacional ou estrangeira.***
- ***Pessoas Politicamente Expostas - PPE*** – ***Identifica se a pessoa avaliada (seja um terceiro pessoa física, ou um sócio/diretor do terceiro pessoa jurídica) é PPE, bem como algum de seus familiares.***
- ***Fontes Legais: Diversas informações sobre processos em andamento ou concluídos*** – ***Verificar, principalmente, processos criminais em que o terceiro, ou um de seus sócios/diretores consta como réu.***

De forma complementar, a ferramenta disponibiliza as seguintes informações para eventual consulta:

- ***Referências e Listas de Informações Biográficas*** – ***Filiação à partidos políticos, acesso à certidão de antecedentes criminais***

Área SGCR	Emitente: Dante Bacilieri Degani	Área DIR	Aprovação: Luiz Felipe Rocha Seabra
--------------	-------------------------------------	-------------	--

	Título do Documento: PROCEDIMENTO DE PESQUISA REPUTACIONAL DE TERCEIROS	Código do Documento: CO-CMP-PE-0007	
		Revisão: 02	Página: 1/11

5.2.2.1.1. Grupo A

Recomenda-se que seja, ao mínimo, realizada a diligência da empresa, ***dos sócios/diretores*** e das demais empresas dos respectivos ***sócios/diretores***.

5.2.2.1.2. Grupos B

Recomenda-se que seja, ao mínimo, realizada a diligência da empresa.

5.2.2.1.3. Grupos C, D e E

Não é necessária a pesquisa reputacional.

5.2.2.1.4. Parceiros

A Área de Compliance, quando realizar a due diligence de parceiros, deve, no mínimo, realizar a diligência da empresa, dos sócios/diretores e das demais empresas dos respectivos sócios/diretores.

5.2.2.2. Quadro resumo das disposições do processo

Atividade	Grupo A	Grupo B	Grupo C	Grupo D	Grupo E
<i>Diligência da empresa</i>	✓	✓	-	-	-
<i>Diligência dos sócios/diretores</i>	✓	-	-	-	-
<i>Diligência das empresas e pessoas ligadas aos sócios/diretores</i>	✓	-	-	-	-

5.2.3. Elaboração do Relatório


Após realizadas as etapas dos quadros anteriores e a avaliação dos pontos acima descritos, deve-se construir o relatório considerando as seguintes premissas:

(i) Inserir as informações que o avaliador julgar pertinentes ou importantes evidenciando que os dados desabonadores estiveram presentes na pesquisa reputacional na data em que a mesma foi realizada;

(ii) caso alguma informação negativa tenha sido encontrada, insira a(s) mídia(s), o(s) processo(s), ou a(s) informação(ões) no relatório;

(iii) Caso não seja identificada notícia ou informação desabonadora sobre a(s) empresa(s) ou sócios/diretores avaliados, é recomendado incluir observação no campo “Comentários” que nada desfavorável foi encontrado.

Área SGCR	Emitente: Dante Bacilieri Degani	Área DIR	Aprovação: Luiz Felipe Rocha Seabra
--------------	-------------------------------------	-------------	--

	Título do Documento: PROCEDIMENTO DE PESQUISA REPUTACIONAL DE TERCEIROS	Código do Documento: CO-CMP-PE-0007	
		Revisão: 02	Página: 1/11

5.2.4. Status/Deliberação

Tendo em vista todos os itens encontrados **sobre o Terceiro**, o colaborador que realizar a pesquisa possui a responsabilidade de emitir parecer no resumo do relatório com status (i) apto, (ii) apto com ressalvas, e (iii) não recomendado, justificando sua **posição**.

Status	Descrição
Apto	<i>Nada desabonador relevante³ foi encontrado referente ao terceiro e/ou aos sócios/diretores pesquisados.</i>
Apto com ressalvas	<i>Fatos desabonadores, como mídias negativas, foram encontrados sobre o terceiro e/ou sócios/diretores pesquisados, porém não irão interferir no serviço prestado. Medidas visando a proteção da Companhia devem ser estabelecidas caso se concretize a homologação do terceiro avaliado.</i>
Não recomendado	<i>Fatos desabonadores foram encontrados e interferem diretamente com o eventual serviço a ser prestado, de modo que não é recomendada a contratação do terceiro avaliado pela Companhia.</i>

5.3. Alertas/Monitoramento

5.3.1. Descrição da Ferramenta

A ferramenta, disponibilizada na própria plataforma da Nexis Diligence, tem por objetivo enviar periodicamente informativos sobre eventuais fatos desabonadores referentes à empresa ou à pessoa física avaliada.

5.3.1.1. Grupo A


É recomendada a criação de alertas mensais na plataforma Nexis Diligence para terceiros do Grupo A com contratos ativos. Orienta-se que esses alertas sejam criados para as 08:00 do primeiro dia de cada mês, a fim de mitigar a possibilidade de que e-mails de alerta se percam ao serem recebidos durante o dia. Adicionalmente, é recomendada a criação do alerta apenas para as categorias “Sanções e listas de vigilância” e “Pessoas politicamente expostas”.

5.3.1.2. Grupo B, C, D e E

Não será necessária a criação de alertas, exceto quando identificado algum ponto de atenção para Terceiros dos grupos B e C com contratos vigentes, ou seja, cujo escopo contratual não tenha sido concluído.

³ Exemplos de fatos desabonadores não relevantes: processos judiciais em que a pessoa física ou jurídica avaliada for a autora; em regra, ações judiciais em que a pessoa avaliada for ré e que sejam de natureza trabalhista (exceto casos de assédio moral coletivo), ações de execução fiscal, ações por dívidas de IPTU ou outros impostos, ações civis (exceto ação civil pública), mídias negativas ou processos judiciais de mais de 5 (cinco) anos, etc.

Área SGCR	Emitente: Dante Bacilieri Degani	Área DIR	Aprovação: Luiz Felipe Rocha Seabra
--------------	-------------------------------------	-------------	--

	Título do Documento: PROCEDIMENTO DE PESQUISA REPUTACIONAL DE TERCEIROS	Código do Documento: CO-CMP-PE-0007	
		Revisão: 02	Página: 1/11

5.3.1.3. Quadro resumo das disposições do processo

Atividade	Grupo A	Grupo B	Grupo C	Grupo D	Grupo E
<i>Criação dos Alertas independente do resultado da pesquisa reputacional</i>	✓	-	-	-	-
<i>Criação de alertas somente quando identificada ponto de atenção no ato da contratação ou da vigência do contrato</i>	-	✓	-	-	-

5.4. Disposições Gerais

Seguem abaixo algumas recomendações de boas práticas:

- ***Para formação de parcerias, a pesquisa reputacional deve ser mais detalhada, abrangendo, no mínimo, a empresa, seus sócios/diretores, os parentes dos sócios/diretores e as demais empresas onde os sócios/diretores possam ter participação, assim como os sócios/diretores dessas empresas;***
- Verificar se a empresa pesquisada possui CNAE adequado para o tipo de serviço ***que irá prestar à Companhia*** (consultar CNPJ no site da receita federal na seção “Emissão de Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral”);
- Verificar se existem PPEs relacionados à empresa avaliada. ***Em caso positivo***, identificar cada um deles incluindo nome, cargo, tempo de atuação e se existem informações desabonadoras sobre o mesmo;
- Identificar a existência de processos criminais envolvendo as empresas pesquisadas ***ou algum de seus sócios/diretores.***


Caso a plataforma apresente ***alguma instabilidade***, reportar à área de Compliance da QGSA através do e-mail compliance.qgsa@qgsa.com.br.

6. COMUNICAÇÃO

Caso algum Colaborador da Companhia não tenha certeza de qual atitude correta deve adotar em uma determinada situação, deverá recorrer à Área de Compliance para as devidas orientações.

Além disso, caso algum Colaborador detecte ou suspeite, de boa-fé, que potencialmente há violação do Programa de Compliance, notadamente o Código de Ética ou as Políticas de Compliance da Companhia, deverá comunicar o fato ao canal de denúncia disponível para tanto.

Área SGCR	Emitente: Dante Bacilieri Degani	Área DIR	Aprovação: Luiz Felipe Rocha Seabra
--------------	-------------------------------------	-------------	--

 CASAORANGE <small>qualidade queiroz galvão</small>	Título do Documento:		Código do Documento:	
	PROCEDIMENTO DE PESQUISA REPUTACIONAL DE TERCEIROS		Revisão: 02	Página: 1/11

7. SUPERVISÃO

Todos os Colaboradores da Companhia devem estar familiarizados com os princípios e regras contidos no Código de Ética, assim como nas Políticas de Compliance, observando-os no Brasil e/ou exterior.

Os gestores têm a obrigação de assegurar que sua equipe observe tais regras e princípios, buscando evitar que, no âmbito da sua área de responsabilidade, ocorram desvios de conduta que poderiam ter sido evitados com a devida supervisão.

8. SANÇÕES

O Colaborador ou Terceiro que descumprir quaisquer das determinações previstas neste documento estará sujeito às sanções previstas no Código de Ética da Companhia, como medidas disciplinares, incluindo a rescisão contratual.

Os colaboradores também poderão ser instados pelo Comitê de Ética a interromper, de forma imediata, condutas inadequadas ou inapropriadas nos termos do referido Código.

Além disso, Colaboradores e Terceiros devem estar cientes de que qualquer infração às determinações das Políticas de Compliance podem estar sujeitas às penalidades legais cabíveis.

9. EXCEÇÕES

Salvo se de outra forma expressamente prevista, apenas o Comitê de Ética poderá, diante da análise do caso concreto e **observados** políticas e procedimentos específicos, autorizar eventuais exceções ao disposto em qualquer das Políticas de Compliance, cabendo à área de Compliance **o suporte e as orientações necessárias**.

10. REFERÊNCIAS

- 1. QGDI-CMP-PO-0004 – Política de contratação de Terceiros.
- Passo a Passo para utilização de ferramenta para pesquisa reputacional

11. ANEXOS

- Este documento não possui anexos.

Área SGCR	Emitente: Dante Bacilieri Degani	Área DIR	Aprovação: Luiz Felipe Rocha Seabra
--------------	-------------------------------------	-------------	--